

APRESENTAÇÃO DOSSIÊ

DEMOCRACIA, JUSTIÇA SOCIAL E MOVIMENTOS SOCIOEDUCACIONAIS

A publicação do dossiê “Democracia, Justiça Social e Movimentos Socioeducacionais” responde à crescente necessidade de se avançar na pesquisa de (e com) outros tipos de democracias e sociedades, em que espaços e práticas baseadas na justiça social sejam urdidas numa construção societal horizontalizada e em conexão com diferentes movimentos sociais e práticas educativas. É, pois, a partir de formas alternativas de pensar-agir as interligações coletivas e os processos democráticos que a Educação se apresenta como uma dimensão de protagonismo nas dinâmicas de construção coletiva. Isso ocorre quando compreendemos que não há democracia sem a produção contínua de saberes e a consequente problematização dos modos de aprender diferentes mundos e realidades possíveis a partir da relação com o outro em particular e com a comunidade em geral.

O modelo democrático que se hegemonizou na maioria dos países do planeta está fundamentado em formas de representação apoiadas em um forte domínio socioeconômico do grande capital e em uma muito precária defesa dos Direitos Humanos. É por isso que, para fortalecer outras democracias que sejam efetivamente tramadas com/nas demandas e saberes populares, é necessário que as lógicas que regem as democracias estatais contemporâneas sejam problematizadas de forma radical a fim de que se promova – com todos os problemas, tensões e conflitos inerentes a essa tarefa – ações de efetiva inclusão e participação popular de diferentes comunidades, com intervenção destas sobre todo tipo de assunto. Para isso, é necessário que se ofereça credibilidade a diferentes práticas comunitárias que, mesmo em precária experimentação, possam vir a compor novas formas de se relacionar em sociedade. São tais práticas – e muitas vezes os movimentos sociais que delas derivam – que conformam e configuram uma estrutura crescentemente

complexa e interligada que alimenta a cada dia outras maneiras de compor não apenas relações humanas, mas maneiras de viver-pensar comprometidas com lógicas ecológicas a fomentarem problematizações que chegam mesmo a atingir dimensões planetárias.

Nesse caminho, por exemplo, as contribuições dos diferentes pensares e práticas em torno da Agroecologia têm sido, na contemporaneidade, uma importante ferramenta de questionamento do modelo capitalista em vigor. Isso porque muitas vezes a Agroecologia se apresenta como sendo uma instância que interliga movimentos sociais urbanos e do campo, capitaneados por propostas de autogestão social e sustentabilidade coletiva; propostas estas que igualmente se congratulam com modelos democráticos baseados na justiça social. Esta última, em especial, é entendida, neste dossiê, como sendo um meio importantíssimo para a elaboração e fortalecimento de democracias efetivamente participativas. A principal característica da justiça social é a sua parcialidade e a aposta pela equidade, pois leva em consideração que os processos democráticos só podem ser vivenciados de maneira efetiva quando há instrumentos socialmente construídos de reparação de injustiças históricas e estruturais vivenciadas por diferentes grupos que compõem as comunidades. Consideramos, portanto, que uma experiência democrática potencializadora de – e potencializada em – uma justiça social é aquela em que todos, especialmente as comunidades histórica e tradicionalmente ignoradas e/ou maltratadas, tenham sua memória, sua existência e igualmente seus direitos garantidos e respeitados.

Considerando que os processos sociais são, por sua própria dinâmica plural, movimentos mutantes, abertos e negociáveis, temos que, nestes, diferentes atores constroem e destroem quotidianamente conceitos, problematizando as lógicas hegemônicas de democracia e de justiça social. Assim, nos termos do presente dossiê, é importante assinalar que os contextos nos quais estão delimitadas as reflexões aqui contidas são igualmente plurais e algumas vezes intencionalmente não localizadas. O contexto brasileiro, neste trabalho, é o principal enquadramento de referência, porém assuntos tão diversos e globais, como democracia e justiça social, não permitem uma localização geográfica e/ou conceitual perfeitamente definida. Isso porque os conceitos de democracia e justiça social são aqui trabalhados como dinâmicas vivas, sendo (trans)formados e pensados em meio a processos que transversalizam diferentes sociedades e,

por sua vez, diferentes temáticas. Assim, se este dossiê atravessa o contexto brasileiro, também se conecta aos contextos espanhóis e o chileno, abraçando temas como Agroecologia, Educação do Campo, Escolas Famílias Agrícolas, educação popular, agricultura familiar, ocupações urbanas, movimentos sociais, ações políticas, dentre outras.

Nesse sentido, Sérgio Botton Barcellos (Universidade Federal de Pelotas - Brasil), com o texto “A agroecologia entre o debate da justiça ambiental e da democracia: alguns desafios em reflexão”, traz a seguinte questão: quais os desafios atuais no Brasil para a construção do debate sobre a Agroecologia em inter-relação com a justiça ambiental e a Democracia de Alta Intensidade? Desse modo, aborda algumas temáticas, como as propostas científicas da agroecologia, as políticas públicas de Estado, a agricultura familiar, o uso indiscriminado e em larga escala de agrotóxicos e transgênicos em monoculturas, a ausência de um programa efetivo de Reforma Agrária, a ausência de fomento nas tecnologias sociais, dentre outros temas.

Já Márcio Gomes da Silva e Marcelo Loures dos Santos (Universidade Federal de Viçosa/Universidade Federal de Ouro Preto - Brasil), com o trabalho intitulado “A Prática Educativa dos Movimentos Sociais na Construção da Agroecologia”, analisam a importância da democracia ampliada no desenvolvimento da justiça social a partir das práticas educativas desenvolvidas pelo “Movimento Agroecológico” da Zona da Mata Mineira, tendo como base empírica as ações do Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (SINTRAF) de Espera Feliz – MG. As questões que norteiam o estudo são: há elementos dessas práticas educativas que poderiam configurar uma “pedagogia agroecológica”? Que práticas foram essas e de que forma geraram mudanças nas ações dos agricultores e agricultoras familiares?

Júlio César de Almeida Pacheco e Eduardo Simonini (Associação Mineira das Escolas Famílias Agrícolas/Universidade Federal de Viçosa - Brasil), no artigo “Narrando a construção de uma Escola Família Agrícola na trama de movimentos sociais”, apresentam algumas das dinâmicas sociais que construíram a Escola Família Agrícola Puris (EFA Puris), situada no município de Araponga/MG, e defendem a perspectiva de que as EFAs não são escolas do campo isoladas em si mesmas, mas um conjunto amplo de sujeitos sociais inter-relacionados e que fazem rede com diferentes movimentos sociais. Joelson Gonçalves de

Carvalho e Luiz Bezerra Neto (Universidade Federal de São Carlos - Brasil) procuram no seu texto “Poder extraeconômico da terra e movimentos sociais camponeses: a luta pela democratização fundiária no Brasil” fazer uma reflexão sobre o papel que o latifúndio e as elites rurais têm desempenhado no Brasil. Buscam demonstrar também como o latifúndio tem contribuído historicamente para a formação de um modelo antidemocrático de nação, indicando, por sua vez, a presença de um processo de resistência movido pelos movimentos sociais contra o poder hegemônico que o latifúndio e, mais recentemente, o agronegócio, têm exercido na sociedade brasileira como um todo.

Nicolás Angelcos (Universidad Diego Portales - Santiago de Chile) apresenta no artigo “Movimiento de Pobladores. Lucha social y política en el Chile contemporáneo”, a atualidade do Movimento de Pobladores (pobres urbanos) chilenos. Nesse sentido, analisa as mobilizações pela moradia digna que se realizaram historicamente no Chile desde a década de 1950, oferecendo especial destaque às ações desenvolvidas a partir de 1999.

Carlos Riádigos Mosquera e Suzana Martins Esteves (Universidade Federal de Viçosa- Brasil/ Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Brasil), com o artigo “Democracia basada en la equidad y en la autogestión: algunas expresiones sociales y educativas”, analisam as conexões entre a democracia, entendida desde a máxima participação e os Direitos Humanos, com a justiça social e a equidade como possíveis elementos organizadores dela, aos que se une à autogestão, para enriquecer democraticamente experiências sociais, ecológicas e educacionais. Por meio da discussão teórica, pretendem mostrar a necessidade de se passar de uma democracia de mínimos, liberal, a uma de máximos, com base na justiça social, para atender às demandas de igualdade participativa e cívica.

Carlos Diz (Universidade da Coruña - Espanha), no seu trabalho “Escuelas de democracia y 15M: participación, redes, ensayos”, visa analisar o movimento 15M (15 de Maio de 2011, da Espanha) pela perspectiva da democracia e da participação. O 15M apresenta-se como um conjunto de redes, ensaios e experiências articuladas entre as tecnologias digitais, a materialidade urbana e a intervenção popular. Como resultado, surge uma política da experimentação que desenvolve uma contra-pedagogia urbana e uma democracia alternativa.

Marcos Rohling (Instituto Federal Catarinense - Brasil), com seu trabalho “Rawls e a educação na teoria política da justiça como equidade”, propõe fazer uma reflexão a respeito das formas como John Rawls, um dos mais importantes filósofos políticos do século XX, tem sido lido, entendido e apropriado em suas abordagens sobre a educação, desde a sua defesa da educação até a crítica ao modo como ela é apresentada.

Os artigos aqui apresentados, portanto, conformam uma tentativa de construção de caminhos alternativos para sociedades alternativas que se distanciem e julguem criticamente a destruição socioambiental provocada por lógicas predatórias do neoliberalismo, ao mesmo tempo que propõem modelos de sociedade e educação diferentes. Além disso, propõem que a educação seja pensada como sendo um ato eminentemente político, pois para construir novas formas de democracia precisamos que a educação jogue um papel crucial, tanto em relação aos conteúdos e atitudes cívico-políticas, quanto no que diz respeito às políticas públicas e práticas-ações que efetivamente se fazem não apenas nos cotidianos das escolas, mas também nos contextos diversos e plurais de diferentes movimentos sociais e ações coletivas.

Esperamos que seja uma leitura potente e multiplicadora.

Carlos Riádigos Mosquera – PPGE/UFV

Eduardo Simonini – PPGE/UFV